

# O Programa Bolsa Família e a Transição da Fecundidade no Brasil

por José Eustáquio Diniz Alves, Pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e Suzana Cavenaghi, Pesquisadora da ENCE/IBGE

**O debate sobre a relação entre renda,** mortalidade e natalidade acontece há mais de 200 anos e é um tema recorrente da modernidade. Na última década do século XVIII, o Marquês de Condorcet, na França, e William Godwin, na Inglaterra, consideravam que o desenvolvimento econômico – implicando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos – teria o efeito de reduzir não só as taxas de mortalidade, mas também as de natalidade. Porém, Thomas Malthus ao escrever o “Ensaio sobre a população”, em 1798, polemiza com as ideias progressistas dos dois pensadores da racionalidade iluminista.

Auspiciosamente, a história deu razão ao otimismo de Condorcet e Godwin, pois o que os dados internacionais mostram é que as taxas vitais caem, de forma conjunta, com o aumento da renda, conforme estabelece a teoria da transição demográfica. Todos os países do mundo que se desenvolveram e erradicaram a pobreza possuem baixas taxas de mortalidade e de fecundidade. O desenvolvimento e a transição demográfica são fenômenos sincrônicos da modernidade que se autorreforçam. O avanço das forças produtivas e a erradicação da pobreza contribuem para reduzir a fecundidade e a razão de dependência demográfica, criando uma janela de oportunidade que acelera o processo de melhoria da qualidade de vida.

Todavia, há uma corrente da opinião pública que considera que o Programa Bolsa Família (PBF) – na medida em que oferece benefícios que crescem até cinco filhos (três crianças de 0 a 15 anos e até dois adolescentes de 16 a 17 anos) – teria um efeito pró-natalista, o que poderia estancar a queda da fecundidade entre a população de baixa renda.

Contudo, estudos acadêmicos mostram que, na prática, o PBF não tem provocado o aumento do número de filhos das famílias beneficiadas. Alves e Cavenaghi (2011), com base na pesquisa “Impactos do Bolsa Família na Reconfiguração dos Arranjos Familiares, nas Assimetrias de Gênero e na Individuação das Mulheres”, realizada na cidade do Recife em 2007/2008, mostram que não havia diferença significativa no comportamento reprodutivo entre as mulheres que vivem em famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) beneficiadas e não beneficiadas pelo PBF.

Embora haja uma tendência de as famílias beneficiadas terem uma fecundidade ligeiramente maior, assim como uma proporção um pouco maior de mulheres com três ou mais filhos (22,7 por cento contra 16,4 por cento das não beneficiárias), o fato é que o maior número de crianças tende a reduzir a renda per capita, aumentando a probabilidade de as famílias se tornarem elegíveis aos benefícios do Bolsa Família. Dessa forma, a direção da causalidade entre número de filhos e os beneficiados pelo Programa seria inversa. A mulher não tem mais filhos porque passou a receber o benefício do PBF, mas sim o contrário: por ter mais filhos, e, com isso, reduzir a renda per capita familiar, a mulher se credencia a participar dos benefícios do PBF.

A fecundidade mais elevada entre a população pobre, menos escolarizada, com menor nível de consumo e piores condições habitacionais é uma realidade constatada em todas as pesquisas sobre o comportamento reprodutivo no Brasil. A literatura mostra que, em grande parte, esta maior fecundidade se deve não apenas à falta de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, mas também acontece em razão da falta de perspectivas profissionais e educacionais, assim como de um projeto de vida que possibilite o progresso cultural e material destas mulheres jovens.

Os dados da pesquisa mostram, ainda, que é alta a percentagem de mulheres que engravidaram sem ter planejado, recebendo ou não benefícios do PBF. De certa forma, isto ratifica a hipótese de que tais mulheres estão no Programa porque tiveram filhos e não o contrário. Como indicado na literatura demográfica, as mulheres com menor nível de renda e educação no Brasil começam a ter filhos mais cedo (rejuvenescimento da fecundidade) e fazem um “controle por terminação” também mais cedo, depois de se atingir um determinado tamanho da prole. Como possuem dificuldades para obter métodos de regulação da fecundidade de modo eficiente e constante, acabam recorrendo às esterilizações após ultrapassar o tamanho ideal de família.

Ou seja, a pesquisa mostra que, assim como o conjunto da população brasileira, a parcela pobre da população do Recife registrada no Cadastro Único também tem passado pelo processo de transição da fecundidade. Tanto as mulheres que recebem quanto as que não recebem os benefícios do PBF desejam ter menos filhos. No entanto, há um efeito perverso que acontece em função do alto índice de gravidez não planejada, uma vez que o Sistema Único de Saúde (SUS) não tem sido capaz de universalizar os serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Mesmo com as deficiências do SUS, as taxas de fecundidade caíram de cerca de seis filhos por mulher, antes de 1970, para menos de dois em 2010. A tendência para a adoção de um padrão reduzido de família tem se generalizado. Existe um processo de convergência entre as taxas de fecundidade das mulheres dos diversos grupos de renda: a redução recente torna-se maior entre a população mais pobre, com as projeções indicando a continuidade da queda nas próximas décadas.

Embora o Programa Bolsa Família tenha um desenho que pode ser considerado pró-natalista, na prática, a população pobre coberta pelo Programa continua reduzindo suas taxas de fecundidade. Isto acontece em função da reversão do fluxo intergeracional de riquezas, da redução das desigualdades de gênero e dos ganhos da inclusão social no país. A história está repleta de exemplos de que a cidadania é o melhor contraceptivo e que a efetiva autodeterminação reprodutiva contribui para o processo de mobilidade social ascendente.

#### Referências:

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Dinâmica demográfica e políticas de transferência de renda: o caso do Programa Bolsa Família no Recife. *Revista latinoamericana de población*, v. 3, p. 165-188, 2009. Disponível em: <[http://www.alapop.org/2009/Revista/Articulos/Relap4-5\\_art7.pdf](http://www.alapop.org/2009/Revista/Articulos/Relap4-5_art7.pdf)>.

ALVES, J.E.D. and S. CAVENAGHI :O programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil, in T. Campello and M. Córtes Neri (orgs), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, Ipea, Capítulo 14: pp. 233–245, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_bolsafamilia\\_10anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf)> (accessed 12 November 2013).